

A Líbia pós-Kadafi (2011 - Hoje): há possibilidades de estabilização?

Julia Nishio*

Kamilla Rizzi**

Localizada no Grande Magrebe, a Líbia é um importante ator no cenário regional e internacional devido à sua história e cultura, posição geográfica e características geológicas, uma vez que detém imensas reservas de gás natural e de petróleo. Em 1969, Muammar Kadafi chegou ao poder após a queda da monarquia líbia, até então governada pelo rei Idris I e instaurou a República Socialista Árabe. Inspirado pelas ideias do socialismo árabe, do Islã e do pan-arabismo de Nasser, o novo regime revolucionou a situação política, social e econômica da Líbia, graças ao capital oriundo de jazidas de petróleo e à centralidade política que o ditador conseguiu manter durante suas quatro décadas de liderança, modificando praticamente todos os aspectos de vida do país (MAZRUI, 2010).

Durante o governo de Kadafi, as decisões governamentais revogaram a legitimidade e a legalidade do Estado, instituindo um mecanismo tirânico de governança (CARMO & HADOOD, 2014). Não enxergando problema em condensar os valores religiosos com as decisões políticas, Kadafi reestruturou as diretrizes do Estado líbio baseado nos princípios do Islã. Dessa maneira, Muammar desenvolveu a Terceira Teoria Universal em 1972, a qual vinculava o Islamismo e o nacionalismo. A ideologia do líder líbio rejeitava o sistema político-econômico capitalista ocidental e o comunismo ateu, buscando seguir um sistema efetivamente democrático e popular com o desejo de terminar com a influência ocidental no país (SHILLINGTON, 2004).

No que diz respeito à sua política externa, a Líbia se manteve diplomaticamente afastada da influência dos Estados Unidos (EUA) e Reino Unido após fechar as bases que ambos os países detinham no território líbio durante a década de 1970. Essa postura condizia com a busca pelo desenvolvimento nacional. No entanto, a Líbia permaneceu dependente de ajuda estrangeira e frágil em relação ao Ocidente. Apesar de não se alinhar diretamente a nenhum bloco durante a Guerra Fria, Kadafi utilizava os recursos advindos da venda de petróleo para a Europa em troca de tecnologia, armamentos e dispositivos militares. Além disso, buscando suprir essa assistência militar, aproximou-se da França, Egito e União Soviética. Após o final da Guerra Fria, Kadafi abandonou a política isolacionista e procurou reestabelecer as relações com os EUA e os países da União Europeia após condenar os

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) (julianishio98@gmail.com).

** Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) (kamillarizzi@unipampa.edu.br).

ataques terroristas da primeira década do século XXI, se oferecendo a cooperar com a “Guerra ao Terror” (OLIVERI, 2012).

No dia 17 dezembro de 2010, um jovem tunisiano Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de Sidi Bouzid, ateou fogo contra si mesmo em protesto contra a corrupção da polícia local e contra o governo da Tunísia em um cenário de crise econômica que atingia os países do Magrebe. Quatro semanas depois, o regime de Zine el-Abidine Ben Ali, no poder havia mais de duas décadas, caiu. Esse ato foi o estopim para o início das manifestações conhecidas como “Primavera Árabe”, em alusão à Primavera de Praga de 1968. (GALITO, 2019). As causas da Primavera Árabe estão atreladas à similaridade entre os países afetados, os quais eram marcados por governos de caráter autoritário que usurpavam dos recursos do poder, do conhecimento, da lei e da legitimidade em suas mãos. As facções, partidos e as categorias populares que eram capazes de se opor a estes governos eram fortemente reprimidos (CARMO & HADDOD, 2014).

Nesse sentido, países como Egito, Iêmen e Tunísia (e Líbia também, como se verá) que optaram por seguir uma ideologia tirânica, obtiveram como respostas, revoltas mais intensas com a deposição de seus ditadores. Em contraponto, países como Argélia, Jordânia e Marrocos, que permitiram mais espaços à oposição – seja em forma de partidos ou sindicatos – conseguiram um resultado mais pacífico, ao propiciarem reformas econômicas e político-sociais. Além disso, as revoltas árabes também se explicam por meio de uma população mais instruída e melhor informada com acesso às novas tecnologias, o que resultou no desencadeamento de protestos consecutivos, uma vez que ajudavam na organização das manifestações e na propagação de informações sobre a repressão governamental (SANTORO, 2011).

Por um lado, pela proximidade geográfica e identidade linguístico-cultural e religiosa entre a Líbia e esses países e, por outro, pelo caráter autoritário e duradouro de seus governos e respectivas crises socioeconômicas agravadas, era natural que o regime de Kadafi sofresse tal pressão. Nesse conturbado contexto, movimentos opositoristas haviam marcado protestos para o dia 17 de fevereiro de 2011, apelidado de “day of rage”¹ (CHORIN, 2012, p. 191), quando os protestos se iniciaram na província de Benghazi e se espalharam para outras cidades do país².

¹ Data em memória de cidadãos líbios mortos pelas forças de segurança em Benghazi no mesmo dia em 2006, quando protestavam, em frente ao consulado italiano, contra a publicação de caricaturas de Maomé por uma revista dinamarquesa (PARGETER, 2012).

² Antecipando-se ao protesto, as forças policiais de Benghazi prenderam, no dia 15, o advogado Fathi Terbil, que se tornou conhecido como defensor das famílias de vítimas da repressão do regime líbio aos detentos da prisão de Abu Salim, principal prisão líbia. No entanto, mesmo tendo sido liberado depois,

A Líbia após a Queda de Muammar Kadafi (2011 - Hoje)

Como resposta, Muammar Kadafi partiu para a investida contrária, com a realização de consultas, aparições públicas e reuniões com líderes tribais do país, quando Kadafi pretendia mostrar-se aberto à críticas e sugestões dos setores da população, embora também reforçasse ameaças e cobrasse lealdade (PARGETER, 2012). No entanto, os protestos não cessaram. De maneira geral, aceitou-se, desde o início, que esses protestos eram pacíficos e que o regime os reprimiu com indiscriminada violência, recorrendo a prisões, espancamentos e assassinatos. Para Brasil (2017), também ganhou destaque internacional um discurso de Kadafi, no qual “...conclamou seus seguidores a promover uma ‘marcha sagrada’ contra os manifestantes para ‘purificar’ o país ‘centímetro por centímetro’ [...] ‘beco por beco’, ‘pessoa por pessoa’, até que a Líbia estivesse ‘limpa de sujeiras e impurezas’” (BRASIL, 2017, p. 77). No final de fevereiro, a revolta ampliou-se e a oposição expulsou as forças governamentais das cidades de Tobruk e Benghazi, na região da Cirenaica, e de Zawiya (oeste de Trípoli) e em Misurata (leste da capital), com o início de um cerco militar.

A Resolução nº 1970, de 26 de fevereiro, do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) impôs um embargo de armamentos contra a Líbia (a cargo da OTAN, por meio da Operation Unified Protector) e determinou o congelamento de bens da família Kadafi. Em 1º de março, a Líbia foi suspensa do Conselho de Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU, devido à violenta repressão dos protestos. Diferentes grupos de oposição líbia formaram o Conselho Nacional de Transição (CTN), ainda em 27 de fevereiro, composto por 31 membros, para administrar as áreas controladas por opositores e para derrubar o regime de Kadafi e anunciando ser o único representante de toda a Líbia, sob a liderança de Mustafá Abdel Jalil. O isolamento diplomático do governo Kadafi tornou-se praticamente completo após um mês do início do conflito.

Com base no princípio da responsabilidade de proteger (RdP), as potências ocidentais (França, Reino Unido e EUA), com o apoio do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), articularam esforços na ONU buscando impor uma zona de exclusão aérea na Líbia a fim de proteger os civis ameaçados pelo antigo regime. A operação foi lograda, tendo impedido a ocorrência de uma catástrofe humanitária na cidade de Benghazi. No entanto, a medida adotada pelos intervencionistas por meio da Resolução nº 1973 do CSNU gerou controvérsia no meio internacional, pois incluiu uma estratégia de mudança de governo, manifestando a questão de uma possível “agenda oculta” por parte dos interventores, representados pela OTAN (FRANCO, 2013). Em 27 de junho, o Tribunal Penal Internacional publicou ordem de prisão expedida contra Muammar Kadafi, seu filho Saif al-Islam Kadafi e Abdulá al-Senussi, contra os quais se considerou haver evidências de terem cometido crimes

esse aprisionamento iniciou a série de protestos na Líbia (CHORIN, 2012), principalmente em Benghazi, o epicentro da revolta anti-Kadafi.

contra a humanidade. Esse fato, além de significar ainda maior isolamento internacional do regime, impediu que os esforços de mediação seguissem adiante³. Para Brasil (2017), é ainda relevante estabelecer a diferença entre os próprios revoltos, pois

[...] os sublevados a oeste de Trípoli não se confundem com aqueles do NTC, sediado em Benghazi, epicentro da revolta. A região compreendida entre Trípoli e a fronteira com a Tunísia, onde se localiza essa cadeia de montanhas, é tradicionalmente ocupada pela minoria berbere, cujas tradições e língua foram sistematicamente suprimidas durante o regime de Kadafi. [...] nem mesmo o NTC constituiu uma organização coesa, na medida em que muitos indivíduos pertencentes à Irmandade Muçulmana se juntaram a uma liderança em tese laica e liberal, o que gerou desconfianças [...] sem mencionar a existência de outros grupos de vertente islamita. **O único fator a uni-los, pois, era a luta contra Kadafi** (BRASIL, 2017, p.87, grifo nosso).

Em julho, os EUA reconheceram oficialmente o NTC como legítimo representante internacional da Líbia, seguido pelo Reino Unido e em setembro, a ONU o fez, por meio da Resolução nº 2009 do CSNU, a qual também estabeleceu a missão de apoio ao país, a United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL). Além disso, muitas das medidas coercitivas das Resoluções nºs 1970 e 1973 – embargo de armas e proibições incidentes sobre empresas petrolíferas líbias e sobre o banco central – foram relativizadas, para contribuir com a estabilização do país no período pós-intervenção.

Depois da queda de Trípoli, no final de agosto, Kadafi foi capturado em 20 de outubro e entregue às forças opositoras ao seu regime, resultando em sua morte por uma multidão hostil. Em 31 de outubro, foi aprovada por unanimidade a Resolução nº 2017 do CSNU, que determinava às novas autoridades líbias tomar todas as medidas necessárias para evitar a proliferação de armamentos, em especial os lançadores portáteis de mísseis terra-ar, conhecidos como MANPADS e em 02 de dezembro, foi prorrogado o mandato da UNSMIL até 16 de março do ano seguinte (BRASIL, 2017).

O governo provisório, atuando conjuntamente com a ONU, organizou duas eleições parlamentares em julho de 2012 (as primeiras desde a década de 1960), com importante participação popular (em torno de 60% do eleitorado), cedendo autoridade ao Congresso Nacional Geral (CGN), dissolvendo o NTC e escolhendo, em agosto, como Primeiro-Ministro e Presidente, respectivamente, Ali Zeidan e Mohammed al-Magarif. Mas esses eventos não foram suficientes para conciliar os interesses dos diversos grupos políticos. Em pouco tempo, o pessimismo tomou conta das análises sobre a Líbia e a instabilidade agudizou-se. O CGN passou a enfrentar inúmeros desafios nos anos seguintes, incluindo o ataque por militantes islâmicos contra o consulado dos EUA no dia 11 de setembro de 2012 e a disseminação do

³ Para detalhes sobre os desdobramentos do conflito entre março e setembro de 2011, ver BRASIL, 2017.

A Líbia após a Queda de Muammar Kadafi (2011 - Hoje)

Estado Islâmico e outros grupos armados pelo país (CFR, 2019). Embora a produção de petróleo (setor responsável por mais de 70% do PIB líbio) tenha sido retomada pela National Oil Corporation, a estatal de petróleo, ainda em 2012, a partir de 2013, grupos rebeldes passaram a invadir algumas instalações de petróleo, o que resultou em queda significativa na produção, além de ocorrerem reiterados sequestros e assassinatos de lideranças políticas e juizes, em paralelo às ações da OTAN (como missões-relâmpago para captura de membros da Al Qaeda, por exemplo, que intensificavam o já conturbado contexto).

Em fevereiro de 2014, ocorreram eleições para a escolha dos 60 membros da Comissão Constituinte. Contudo, a conjuntura de instabilidade afetou o processo e a participação dos eleitores e não foi possível eleger todos os membros, em função do boicote às eleições pela minoria berbere, o que evitou que as duas cadeiras reservadas a essa minoria fossem preenchidas. Após as eleições, o CNG destituiu o governo de Ali Zeidan, devido à sua incapacidade de impedir que grupos armados do leste do país exportassem petróleo sem qualquer controle das autoridades nacionais. Uma força-tarefa dos EUA interceptou o navio que carregava o petróleo ilegalmente comercializado, “[...] o que constituiu mais uma evidência da incapacidade de as autoridades nacionais líbias controlarem o território nacional e da ausência de um acordo nacional a equacionar a dicotomia entre centralização e regionalismo” (BRASIL, 2017, p. 2012). Mesmo com a destituição de Ali Zeidan, o CNG não conseguiu reverter o contexto de impasse político e institucional. Assim, novas eleições parlamentares foram convocadas para junho do mesmo ano, a fim de compor a chamada Casa de Representantes.

Outros dois eventos foram determinantes para a agudização da divisão política no país em 2014. O primeiro foi a Operation Dignity, lançada na região leste do país, incluindo a cidade de Benghazi, sendo conduzida por Khalifa Haftar por meio do Exército Nacional Líbio (LNA) em maio. O objetivo de tal missão era expulsar grupos militantes do leste do país, como a Irmandade Mulçumana, responsável por participar da transição democrática na Líbia (TAMKIN, 2019)⁴. Já o segundo evento foi marcado pela disputa entre milícias pelo controle do território ao oeste, onde está localizado Trípoli. Esses diferentes grupos militantes e

⁴ Nesse “conflito armado não internacional” que surgiu a partir de 2014 e se intensificou posteriormente, conforme Brasil (2017), merece destaque a Operation Dignity, liderada pelo general Khalifa Haftar, veterano da guerra contra o Chade nos anos 1980, desertor do regime de Kadafi, residente na Virginia até 2011 e cidadão dos EUA: “Com o apoio de Egito, Emirados Árabes Unidos e Rússia, ele iniciou campanha militar, em maio de 2014 e na região da Cirenaica, contra grupos islâmicos de todas as vertentes, dos mais moderados aos mais radicais, como o Ansar al-Sharia, envolvidos nas campanhas de assassinatos de figuras públicas, e contra o governo do Congresso Nacional Geral. Em setembro, o governo ligado à Casa de Representantes decidiu incorporar as tropas leais a Haftar ao chamado Exército Nacional Líbio, pois, até esse momento, ele atuava a título individual. E, em março de 2015, ele foi oficialmente nomeado comandante geral desse exército, o que gerou preocupações com a possibilidade de recrudescimento do conflito, devido às resistências geradas no governo baseado em Trípoli” (BRASIL, 2017, p.214) .

armados islâmicos, incluindo Ansar al-Sharia, lançaram a Operation Libya Dawn, em resposta às ações de Haftar, tornando-se o poder dominante na capital apoiado pelo antigo parlamento, o CGN, em crise. Os combatentes da Operação Libya Dawn intervieram no aeroporto internacional de Trípoli e em grande parte do oeste do país, resultando em uma nova escalada de conflitos entre as forças de Haftar e as facções islâmicas (CFR, 2016).

Consolidou-se uma situação em que passaram a existir parlamentos e governos antagônicos, um em Trípoli, outro em Tobruk/Al Bayda – este sendo o único reconhecido internacionalmente –, cada qual contando com grupos armados próprios e controlando instalações petrolíferas, rodovias, portos e aeroportos. Para Brasil (2017), apesar da disputa “[...] polarizada por Trípoli, sob liderança de governo de orientação islamita, e por Tobruk/Al Bayda, a congregar segmentos secularistas e federalistas, em torno do controle das instituições nacionais e dos recursos oriundos do setor de petróleo e gás, há uma série de alianças transversais que tornam ainda mais complexo o conflito político nacional” (BRASIL, 2017, p. 212). Soma-se a isso, os constantes bombardeios do Egito e EUA a alvos líbios, membros de organizações ligadas ao Estado Islâmico que retornaram da Síria para lutar na Líbia na região do Golfo de Sidra (Cidade de Sirte) (cujas ações não se limitaram ao assassinato dos cidadãos coptas egípcios⁵, mas também envolveram atentados contra o Hotel Corinthia em Trípoli (matando 9 pessoas), contra a cidade de Al-Qubbah (triplo atentado que matou 48 pessoas) e contra a Embaixada do Irã em Trípoli).

Em dezembro de 2015, sob a organização da ONU, na cidade de Skhirat, Marrocos, representantes de ambos os governos rivais líbios acordaram a formação de um governo de união nacional, prevendo-se a criação de um Conselho Presidencial, liderado por Primeiro-Ministro e responsável pela escolha da cúpula militar e dos integrantes do Governo de Acordo Nacional (GAN), com funções de chefia de governo, os quais devem ser aprovados pela Casa de Representantes, de Tobruk. Ainda, foi estabelecido um Conselho de Estado, de competência consultiva. Para o cargo de Primeiro-Ministro foi escolhido Fayez al-Sarraj, que havia sido eleito para a Casa de Representantes em junho de 2014 por Trípoli. Todavia, o GAN/Conselho Presidencial, liderado por al-Sarraj tem enfrentado resistências por parte de variados setores da Líbia, com o argumento de falta de legitimidade política.

A comunidade internacional, sobretudo EUA, França, Itália e Reino Unido, mobilizou-se no âmbito da ONU em 2015, para criar um novo ente governamental que, reconhecido internacionalmente, poderia requisitar legalmente intervenção militar

⁵ Em 12 de fevereiro de 2015, o Estado Islâmico lançou a 7ª edição de sua revista online de propaganda e recrutamento, a Dabiq. A edição incluiu fotografias dos 21 cristãos coptas ortodoxos egípcios que foram sequestrados em Sirte, entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015 e mortos para vingar “Kamília Shehata, Wafa Constantine e outras irmãs” supostamente “torturadas e assassinadas pela Igreja copta do Egito”. Os combatentes do Estado Islâmico decapitaram os 21 cristãos coptas-ortodoxos.

A Líbia após a Queda de Muammar Kadafi (2011 - Hoje)

internacional contra o Estado Islâmico. Portanto, a percepção de que lhe falta legitimidade política para o GAN não é de todo infundada. No entanto, esse acordo de dezembro de 2015 não resultou na dissolução dos governos de Trípoli e Tobruk.

Essa contínua conjuntura de instabilidade indica o fracasso político da intervenção de 2011. Nesse sentido, foram ignoradas as características do país e a natureza do regime de Kadafi, pois seu desaparecimento não iria resultar diretamente em uma democracia estável, apesar do comprometimento do NTC e de grupos islamitas moderados com a transição democrática e a riqueza proporcionada pelo petróleo e gás.

Assim sendo, desde 2015, o país está dividido entre três governos e dois parlamentos: a) o governo com sede em Trípoli, autointitulado Governo de Salvação Nacional e ligado ao CNG, eleito em 2012, liderado por Khalifa Ghwell e antigamente dependente do grupo armado Libya Dawn (que já deixou de existir); atualmente, está enfraquecido, mas ainda tem certo apoio popular, como grupos islâmicos e do Grão Mufti da Líbia, Sheikh Sadiq al-Gharianni; b) o governo de Tobruk, com parlamento eleito em junho de 2014 – embora seja considerado legítimo pelo acordo de dezembro de 2015, ainda está associado ao governo de Abdulad al-Thinni, sediado na cidade de Al Bayda; c) e o GAN/Conselho Presidencial, liderado por al- Sarraj, que ainda não conseguiu efetivar a união nacional, embora tenha o reconhecimento da comunidade internacional.

Além disso, o país apresenta grupos extremistas jihadistas, milícias, máfias e redes de ilícitos, que não se identificam com nenhum dos governos e que se destinam ao contrabando de armas, gasolina e pessoas. Esse é um dos principais fatores para o aumento da instabilidade política, pois as novas autoridades foram incapazes de desarmar esses grupos. Além disso, as várias iniciativas de unificar os grupos sob estruturas tiveram o efeito oposto, já que, entre 2012 e 2013, o número de grupos armados aumentou (BRASIL, 2017), e “[...] some-se a isso a circulação dos armamentos anteriormente pertencentes às forças de Kadafi e daqueles fornecidos pela coalizão internacional em 2011, os quais, inclusive, foram cruciais para o recrudescimento da crise no Mali a partir de 2012” (BRASIL, 2017, p. 249). O presidente do Chade, Idriss Déby, vê a situação da mesma forma: “Kadafi está morto e deixaram a Líbia para grupos armados. E a África tem de lidar com as consequências” (CARTA CAPITAL, 2016). Nesse contexto, compreende-se que a contínua instabilidade na Líbia ultrapassa as linhas tribais, regionais, políticas e até religiosas e tem reflexos no continente africano e europeu e Oriente Médio.

As consequências do conflito civil líbio são reveladas através do aumento significativo no número de mortos e feridos em virtude dos conflitos recorrentes. Além disso, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o

número de pessoas que cruzou o mar do norte da África em direção ao sul da Europa aumentou consideravelmente. Devido à instabilidade política, o país se tornou a rota mais usual (e a mais mortal) daqueles que tentam atravessar o Mar Mediterrâneo à procura de melhores condições de vida no continente europeu. O porta voz da ACNUR, Charlie Yaxlez, relatou que 2019 está a caminho de se tornar o sexto ano seguido com mais de mil mortes confirmadas na região. Para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, esse é justamente o problema: “o triângulo de tragédia na Líbia [é] violência urbana, grandes deslocamentos e migração perigosa” (COMITÊ, 2018, s/p). Isso se reflete em aproximadamente 200 mil pessoas (3% da população) deslocadas internamente, muitas perderam as casas em decorrência de ataques e bombas, além de ações criminosas contra a população civil (sequestros, contrabando, tráfico de pessoas e pedidos de resgate) que tem aumentado em todo o país.

Atualmente, o maior desafio da Líbia pós-Kadafi para alcançar a estabilização é a falta de instituições básicas, baseadas pela presença do Estado forte, unificado e revitalizado. Enquanto não houver uma entidade central e única de autoridade que exerça um domínio legítimo do uso da força no país para minizar a ação dos diversos grupos insurretos, não haverá segurança e oportunidades para a população.

Recebido em 07 de agosto de 2019. Aprovado em 13 de setembro de 2019.

Referências bibliográficas

- BBC. **Libya Profile- Timeline**. BBC News. 16 de Fev. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13755445>>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- BENNETT, Isabella; KAMINSKI, Ryan. **Rapporteur’s Report for the Council of Councils Inaugural Meeting**. Washington: CouncilofCouncils, 2012.
- BRASIL, Bruno Berrettini Camponês do. **Líbia: um estudo da intervenção internacional de 2011 e de seus aspectos jurídicos e políticos**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017. 312 p. Disponível em: <http://143.107.26.205/documentos/Bruno_Berrettini_Campones_do_Brasil.pdf> Acesso em: 10 set. 2019.
- CARMO, Erinaldo Ferreira do; HADDOD, YounusKhalifa. **Hostilidades e conflitos na Líbia: o difícil caminho para a democracia**. 2014. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/File/2969/2462>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

A Líbia após a Queda de Muammar Kadafi (2011 - Hoje)

- CARTA CAPITAL. **Quatro anos depois a Líbia é um caos.** Jul. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/quatro-anos-depois-a-libia-e-um-caos-2005.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- CHIVVIS, Christopher S; MARTINI Jeffrey. **Libya after Qaddafi: lessons and implications for the future.** Washington: RAND Corporation, 2014.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). **O triângulo de tragédia na Líbia: violência urbana, grandes deslocamentos e migração perigosa**, 16 fevereiro 2018. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/document/o-triangulo-de-tragedia-na-libia-violencia-urbana-grandes-deslocamentos-e-migracao-perigosa>> Acesso em: 10 set. 2019.
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Civil War in Lybia.** 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/interactives/global-conflict-tracker#!/conflict/civil-war-in-libya>>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- ____. **New Order or Disorder for Libya?** 2016. Disponível em: <<https://www.cfr.org/interview/new-order-or-disorder-libya>>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- ____. **Libya's Escalating Civil War.** 2015. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/libyas-escalating-civil-war?cid=ppc-Facebook-cen-CPM_Update_Libya-061715>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. **A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da Liga Árabe/Western intervention.** In: Libya: western interests and the role of The Arab League. Brazilian Journal of International Relations, v.4, n.3, p.670-693, 2015.
- FUKUYAMA, Francis. **Ordem política e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia.** Trad. Montingelli Jr. Nivaldo. Rio de Janeiro: ROCCO, 2018.
- GALITO, Maria Sousa. **Sahel e Magreb : ensaio sobre o norte de África, uma região em convulsão.** Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsA/CSG Documentos de Trabalho nº 175-2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/17669>>. Acesso em: 20 jul.2019.
- HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.
- MAZRUI, Ali A. **História Geral da África vol. VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010.
- NEVADO, Pedro P. Popper e a investigação: a metodologia hipotética-dedutiva. **Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa.** 2008. Disponível em:

<<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2564/1/adwp72008.pdf>>.

Acesso em: 07 jun. 2019.

SANTORO, Mauricio. **As Revoltas Árabes e a Democratização do Magreb e do Oriente Médio**. Ética e Filosofia Política, v. II, p. 110-124, 2011.

OLIVERI, Enrica. **Libya Before and After Gaddafi: An International Law Analysis**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master's Degree In Comparative International Relations, Ca' Foscari University Of Venice, Veneza, 2012. Cap. 1. Disponível em: <<http://dspace.unive.it/bitstream/handle/10579/2506/817727-1165480.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PARGETER, Alison. **Libya, The Rise and Fall of Qaddafi**. London: Yale University Press, 2012.

PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter**. Edimburgo: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

TAMKIN, Emily. **Quem é Khalifa Haftar, líder do Exército Nacional Líbio?**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 7 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/quem-e-khalifa-haftar-lider-do-exercito-nacional-libio.shtml>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

VANDEWALLE, Dirk. **A History of Modern Libya**. Cambridge: University Press, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Ciência & Letras. Porto Alegre, n. 51, p.57-79, 2012.

_____. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à assim chamada Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WEHREY, Frederic.; HARCHAOUI, Jalel. **Is Libya Finally Ready for Peace?** The Palermo Summit and the Case for Optimism. FOREIGN AFFAIRS. New York. 30 nov. 2018. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/2018-11-30/libya-finally-ready-peace>>. Acesso em: 22 jul. 2019.